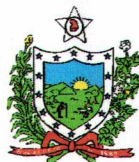


1  
AO EXPEDIENTE DO DIA

21.07.2004  
20.07.2004



Atividade de Assistência ao Plenário  
EM 20.07/04  
Secretaria Legislativa

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR**

OFÍCIO GS/GCG/ N° 169/04

João Pessoa, 13 de julho de 2004

*Veto Total n° 23/04*

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordial e fraternalmente, por mandamento do Governador do Estado da Paraíba e com fulcro no § 1º do art. 65, venho devolver a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 439/2004 que "Dispõe sobre a concessão de prazo para a implementação dos Projetos na Costa do Sol", com as razões do VETO ao mesmo apenas, por contrariar o interesse público, publicadas no Diário Oficial do Estado em 11 de julho do ano em curso, para a apreciação da Casa de Eptácio Pessoa

Colho o ensejo, ainda, para transmitir considerações de apreço e de estima a Vossa Excelência e aos dignos pares, bem como o respeito que a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba merece.

Atenciosamente,

**IVANDRO MOURA CUNHA LIMA**  
**Secretário Chefe**

A Sua Excelência o Senhor  
**RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA**  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba  
João Pessoa – PB



## ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial  
DESTA DATA

Em, 11 / 07 / 04  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

### VETO TOTAL



Senhor Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 439/2004, que dispõe sobre a concessão de prazo para a implementação dos Projetos na Costa do Sol, manifestando-me quanto a dispositivos a seguir:

#### Razões de veto

O presente Projeto propõe a concessão de um prazo de 02 (dois) anos para a implantação dos equipamentos turísticos ao longo da faixa litorânea denominada de Costa do Sol.

O veto deve-se ao fato de que a referida propositura confronta-se com o interesse público, uma vez que a implantação do Projeto Costa do Sol encontra-se estagnada por período superior a uma década, sendo certo que o estabelecimento de mais dois anos inibiria ações efetivas do Estado na instalação dos equipamentos turísticos pretendidos.

Com efeito, é notório o esforço que o Estado vem desenvolvendo, para atrair investimentos no setor turístico e, em consequência, fortalecer a economia local. Desse modo, o interesse público revela-se em favor do veto, porquanto é pretensão do Poder Executivo intentar ações céleres e efetivas, no sentido de consumir a política de ocupação empresarial da área do Pólo Turístico em espaço de tempo menor que aquele previsto na proposta legislativa.





## ESTADO DA PARAÍBA

Estas, Senhor Presidente, sem embargos ao louvável gesto do ilustre parlamentar subscritor, são as razões que me levaram a vetar integralmente o projeto em epígrafe, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa.

João Pessoa, 09 de julho de 2004

  
**CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Governador

MANTIDO O VETO  
NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO DIA 08/11/2005  
COM A DEBATE

92 VOTOS NÃO  
02 VOTOS SIM  
03 VOTOS SIM  
J. Beneditino

Veto Total  
nº 23/04  
04  
Assessoria Legislativa  
Estado da Paraíba



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Casa de Eptácio Pessoa

Publicado Diário Oficial  
DESTA DATA

Em, 11 / 07 / 04  
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

**AUTÓGRAFO Nº 356/2004**  
**PROJETO DE LEI Nº 439/04.**

**VETO**  
João Pessoa, 09 / 07 / 2004  
  
Cássio Cunha Lima  
Governador

**Dispõe sobre a concessão de prazo para a  
implementação dos Projetos na Costa do Sol.**

*Handwritten notes:*  
Veto Total  
nº 23/04  
05  
Assessoria Legislativa  
Estado da Paraíba

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido um prazo máximo de 02 (dois) anos para a implantação e/ou a instalação dos equipamentos turísticos ao longo da faixa litorânea denominada de Costa do Sol.

**Art. 2º** Os proprietários dos terrenos doados ao longo da Costa do Sol, devem obrigatoriamente, assinar novo termo de compromisso com o Governo do Estado, sobre os projetos a serem implementados e os prazos de conclusão dos mesmos.

**Art. 3º** Caso os projetos não sejam implementados na sua totalidade ao fim do prazo estabelecido, os beneficiados com a doação, perderão a titularidade dos terrenos, bem como os benefícios por eles realizados.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 16 de junho de 2004

  
**RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA**  
Presidente





**ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

**SECRETARIA LEGISLATIVA**

**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS  
SUBMETIDAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDACÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Veto Total  
nº 23/04  
806

Registro no Livro de Plenário  
Ass. nº. 23 sob o nº 23104  
Em 20/07/2003

8/Tabolo  
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão  
Ordinária do dia 21/07/2003

8/Tabolo  
Div. de Assessoria ao Plenário  
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência  
e Controle do Processo Legislativo  
Em, 21/07/2003

8/Tabolo  
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa  
No dia 21/07/2003

8/Tabolo  
Departamento de Assistência e Controle  
do Processo Legislativo

A Comissão de Constituição, Justiça e  
Redução para indicação do Relator

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo  
no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Auxílio Legislativo Técnico

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa  
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003

\_\_\_\_\_  
Deputado  
Presidente

Apreciado pela Comissão  
No dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003

Parecer \_\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/

\_\_\_\_\_  
Secretaria Legislativa

No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura  
consta \_\_\_\_\_ Página (s).

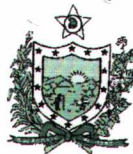
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003.

\_\_\_\_\_  
Assessor

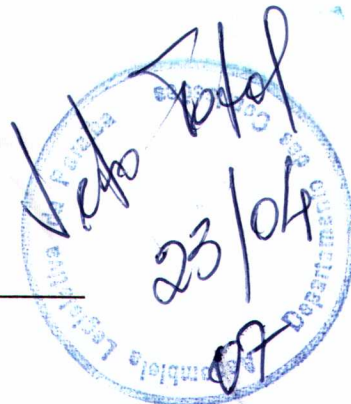
No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura  
consta \_\_\_\_\_ Documento (s)  
em anexo.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2003.

\_\_\_\_\_  
Assessor



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**VETO TOTAL Nº. 23/2004**  
**AO PROJETO DE LEI Nº. 439/2004**

"Veto total ao Projeto de Lei nº 439/2004, que "Dispõe sobre a concessão de prazo para a implementação dos Projetos na Costa do Sol.

**VETO TOTAL:** Governador do Estado.  
**RELATOR:** Dep. Gilvan Freire

**P A R E C E R**

*Nº 613/04*

**I - RELATÓRIO**

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o art. 86, inciso V, e art. 65, § 1º, da Constituição Estadual, vetou integralmente o **Projeto de Lei Nº. 439/2004**.

A matéria foi encaminhada por intermédio do ofício GS/GCG nº 169/04.

Constou no expediente do dia 21 de julho de 2004.

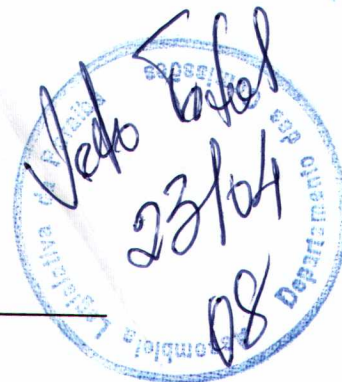
Instrução processual em termos, tramitação dentro dos preceitos regimentais.

Breve relatório.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



## **II - VOTO DO RELATOR**

As razões do presente veto estão calcadas em impeditivo legal de que a proposição esbarra no interesse público, uma vez que a implantação do Projeto Costa do Sol encontra-se estagnada por período superior a uma década, sendo certo que o estabelecimento de mais dois anos inibiria ações efetivas do Estado na instalação dos equipamentos turísticos pretendidos.

Diante das argumentações e disposições verificadas no veto governamental, analiso e reconheço que as razões do mesmo são procedentes.

Assim sendo, me são convincentes e satisfatórias as razões do veto em aposto.

Nestes termos, proponho à douta Comissão a **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 23/2004, AO PROJETO DE LEI Nº. 439/2004**, por entender que as razões de veto são consistentes e procedentes.

É como voto

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2004.

  
**DEP. GILVAN FREIRE**  
**RELATOR**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº. 23/2004, AO PROJETO DE LEI Nº. 439/2004**, por entender que as razões de veto são procedentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2004.

**DEP. FÁBIO NOGUEIRA**  
PRESIDENTE

**DEP. GILVAN FREIRE**  
MEMBRO/RELATOR

**DEP. VITAL FILHO**  
MEMBRO

**DEP. EDINA WANDERLEY**  
MEMBRO

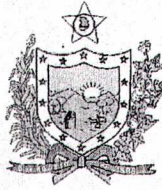
**DEP. RODRIGO SOARES**  
MEMBRO

**DEP. GERVÁSIO MAIA FILHO**  
MEMBRO

**DEP. FAUSTO OLIVEIRA**  
MEMBRO

Apreciada Pela Comissão  
No Dia 11.08.2004





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*"Casa de Epitácio Pessoa"*

*Ofício nº 647/2005*

*João Pessoa, 08 de novembro de 2005.*

*Senhor Governador*

*Participo a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa, manteve o Veto Total nº 23/2004, referente ao Projeto de Lei nº 439/2004, de autoria do Deputado Estadual Aguinaldo Ribeiro, que "Dispõe sobre a concessão de prazo para a implementação dos Projetos na Costa do Sol".*

*Atenciosamente,*

**RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA**  
*Presidente*

*Ao Excelentíssimo Senhor*  
**Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA**  
*Governador do Estado da Paraíba*  
*Palácio da Redenção*  
*Praça João Pessoa, S/N Centro*  
*João Pessoa-PB*